

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – DR. ANTONIO
ROQUE CITADINI.**

Processo: TC nº 006941.989.20-4

Município de Pracinha/SP

Assunto: Contas do exercício de 2021.

MAURILEI APARECIDO DIAS DA SILVA,
brasileiro, casado, Prefeito do Município de Pracinha, Estado de São Paulo,
portador da Cédula de Identidade RG nº 25.388.502-4, inscrito no CPF sob
o nº 254.058.838-75, residente e domiciliado na Avenida Independência,
nº 209, no município de Pracinha/SP, vêm respeitosamente à presença de
Vossa Excelência, manifestar-se sobre os apontamentos da Inspeção Anual
do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo acerca das **contas
anuais de 2021**, que mereceram maior atenção pelos Agentes de
Fiscalização e para tanto, em sequência transcreve suas justificativas,
relativo ao assunto em comento.

Depois de analisadas as alegações que se
apresentam à elevada apreciação de Vossa Excelência, acreditamos, em
face de seu notório saber e conhecimento jurídico, restar-se-ão as ressalvas
destacadas no corpo do item conclusivo, devidamente excluídas e/ ou
justificadas, para ao final, serem **APROVADAS** totalmente as contas em
exame, sem qualquer senão ou entrave.

Para tanto, passaremos a aduzir nossas alegações e
justificativas, que entendemos necessárias e suficientes.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

Item A.1.1. CONTROLE INTERNO

- O Prefeito não determinou providências para sanar as irregularidades apontadas no Relatório do Controle Interno.**
- O Sistema de Controle Interno não exerce todas as suas funções Constitucionais/Legais.**
- Não houve a disponibilização de programas de treinamentos ao Controle Interno.**

Com base no último relatório do Controle Interno, a conclusão do seu relatório foi nos seguintes termos:

A gestão fiscal de abrangência contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, as ações de verificação dos procedimentos operacionais, examinando quanto ao atendimento dos princípios constitucionais, quanto à legalidade, moralidade, impessoalidade, primando pela eficiência nos atos de gestão do erário público, realizada no âmbito da Prefeitura Municipal de Pracinha, referente ao período de setembro a dezembro de 2021, apesar dos achados e inconsistência de menor relevância e comentários sobre algumas deficiências, tecidos ao longo do relatório apresentado, foi exercida regularmente, não tendo conhecimento de qualquer fato que desabone gravemente a conduta de servidor ou agente político ou que comprometa a gestão deste órgão, que mantém em ordem a coisa e os recursos públicos postos à sua guarda e administração. Observa-se ainda, por meio dos acompanhamentos realizados até o momento, que as recomendações e determinações expedidas pelo Controle Interno são objeto de atenção e ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Com relação às funções constitucionais/ legais do controle interno, o município está elaborando projeto para revisar a lei municipal nº 550/2013 que regulamenta o Sistema de Controle Interno a fim de incluir em suas funções os apontamentos citados.

Por fim, nos comprometemos a incluir programas de treinamento, através de cursos ao Controle Interno, portanto pedimos que o apontamento seja relevado.

Item A.2. IEG-M – I – PLANEJAMENTO – Índice C

- Audiência pública foi realizada em dia de semana em horário comercial, bem como houve uma única audiência para debater a LDO e a LOA.

- LDO autorizou alterações orçamentárias acima da inflação.

- LOA autorizou a abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação.

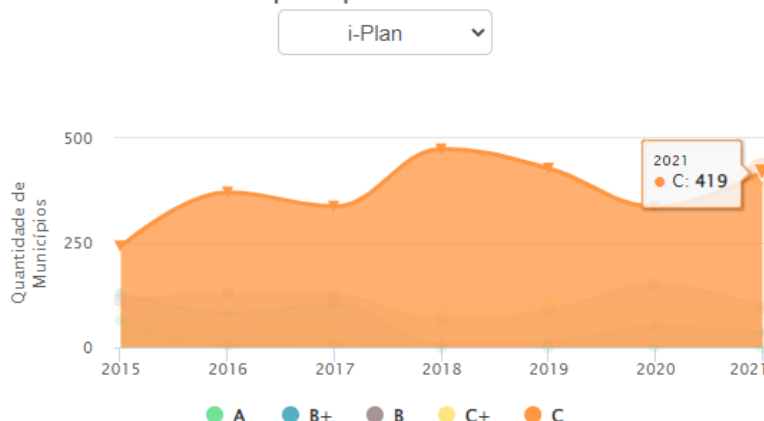
- Vários outros apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

Quanto aos apontamentos concernentes ao Planejamento, necessário destacar, inicialmente, que o índice apurado, qual seja, “C”, é o índice apurado dentre a maioria dos municípios muito mais estruturados que o de Pracinha como é o caso dos Municípios de Adamantina, Agudos, Andradina, Araçatuba, Bauru, Botucatu, entre dezenas de outros, apresentaram índice “C”, o que comprova que o Município de Pracinha, mesmo com um número reduzido de servidores e uma receita infinitamente pequena em razão de seu pequeno porte (o que, inclusive, dificulta a formação de uma estrutura específica para

planejamento, bem como maiores investimentos) não vem medindo esforços para atingir o grau de excelência em seu planejamento, salientando que todos os diretores e secretários, em conjunto, trabalham para a realização do planejamento municipal.

Ademais, referida realidade é diagnosticada dentre a grande maioria dos município paulistas, conforme pode ser verificado através do endereço eletrônico: https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero.

Número de municípios por faixa em cada exercício



Outrossim, quanto à autorização da LOA e da LDO para a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 15%, com recursos decorrentes do excesso de arrecadação, superávit financeiro ou superávit orçamentário, tem-se que nenhuma irregularidade fora verificada uma vez que a autorização fora devidamente precedida de Lei, aliás, através de 02 (duas) Leis, quais seja, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Destaque-se, ainda, que a análise e consequente aprovação ou não das peças de Planejamento (PPA, LDO e LOA) são de competência do Poder Legislativo, cabendo ao referido Poder realizar as

alterações que julgar convenientes, através de emendas Parlamentares, autorizando o Poder Executivo a suplementar suas dotações da forma como julgar conveniente.

Assim, se o Poder Legislativo do Município de Pracinha, através da aprovação da LOA e LDO, entendeu ser viável autorizar o Poder Executivo a suplementar suas dotações até o limite de 15%, nenhuma penalidade pode ser estendida ao Poder Executivo, mesmo porque, repita-se, tratou-se de permissão devidamente aprovada por Lei Municipal.

Ademais, em nenhum momento referida permissão desfigurou o planejamento municipal, além de que, conforme se observa do relatório de fiscalização (fls. 07), **não fora verificado déficit orçamentário, pelo contrário, fora observado um superávit de 7,84%, e o bom índice de liquidez da Prefeitura Municipal de Pracinha.**

Apontou o ilustre Agente de Fiscalização que referido índice de 15% teria ficado acima da inflação prevista para o exercício considerando o IPCA, contudo, se analisarmos outros índices econômicos, como por exemplo, o IGP-M, podemos verificar que o mesmo fechou o ano de 2020 com um percentual acumulado de **17,78%** e, portanto, acima dos 15% previstos na LOA e LDO de Pracinha.

Diga-se, ainda, que o fato de ter a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual contido autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no percentual de 15%, além de não ter acarretado nenhum prejuízo, já que, repita-se, houve superávit orçamentário e financeiro, fora autorizado dessa forma **visando a assinatura de convênios com o Governo Estadual e Federal, decorrente, por exemplo, de Emendas Parlamentares, já que quando surge a possibilidade do Município firmar referidos**

Convênios com o Governo Estadual e Federal, vem sendo exigido a existência de dotação prévia e, muitas vezes, não há prazo suficiente para aprovação de Lei Específica na Câmara e, assim, a fim de evitar a perda de transferências de recursos voluntários advindos do Governo Federal e Estadual em benefício do Município, houve a necessidade da referida previsão de abertura de créditos adicionais em valor compatível com as necessidades do Poder Executivo, sendo que a Prefeitura de Pracinha certamente melhor analisará esse percentual quando da aprovação da LOA e LDO para os próximos exercícios, compatibilizando-o a um percentual mais aceitável.

Quanto os demais apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM informamos que, ao tomar conhecimento do presente relatório, iniciamos várias ações objetivando uma melhoria nesse índice e, assim, já foram os servidores orientados a realizarem as audiências públicas fora do horário comercial, outrossim, já fora determinado a inclusão na internet das Atas de Audiência Pública, dos Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, das peças que compõem o planejamento e do instrumento normativo que regulamenta o sistema de controle interno.

Verifica-se, assim, que vem sendo dado pelo Poder Executivo o devido tratamento e atenção no que diz respeito ao Planejamento das Políticas Públicas, contudo, **Pracinha trata-se de um pequeníssimo município do interior do Estado de São Paulo, com uma população de pouco mais de 4 mil habitantes e, portanto, uma receita reduzidíssima, o que dificulta maiores investimentos relacionados à contratação de pessoal e treinamento específico relacionado ao Planejamento,** tratando-se, nos demais casos, de falhas formais, com absoluta ausência de dolo ou má-fé e que serão corrigidas com a maior brevidade possível.

Ante o exposto e, entendendo estar justificado o apontamento relativo ao presente item, acredita-se, que o mesmo não mais se justifica e, assim, requer seja reanalisado e julgado.

ITEM B.1.1 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Município procedeu à abertura de créditos adicionais e à realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições correspondentes a 63,80%. Da Despesa Fixada (inicial), elevado percentual desfigura o orçamento original, contribuindo para o desequilíbrio orçamentário.

Quanto a esse item necessário chamar a atenção, inicialmente, para o fato de que o próprio Agente da Fiscalização descreveu às fls. 07 do relatório de fiscalização que **"com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou superávit".**

Nesse diapasão, conforme se observa às fls. 07 do relatório de fiscalização, a Prefeitura de Pracinha fechou o exercício ora em análise com superávit na execução orçamentária de 7,84%.

Assim, diante do resultado final, requeremos sejam relevadas as pequenas falhas apontadas, todas de cunho formal, totalmente isentas de dolo ou má-fé procedimental.

Destaque-se que conforme documentos anexos, quais sejam, a Lei Municipal nº. 742/2020 (Lei Orçamentária Anual) e a Lei Municipal nº. 741/2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), fora autorizado pela Câmara Municipal que o Poder Executivo pudesse abrir, por Decreto, créditos adicionais suplementares em até 15% com recursos decorrentes

do excesso de arrecadação, superávit financeiro ou superávit orçamentário (art. 3º da LOA) e, ainda, realizar transposições, remanejamentos e transferências de uma categoria de programação para outra ou de um órgão ou unidade orçamentária para outro em mais 15% da despesa inicialmente fixada.

Assim, fora autorizado 15% para transpor, remanejar ou transferir e mais 15% para abrir créditos adicionais suplementares decorrentes de excesso de arrecadação, superávit financeiro ou orçamentário, destacando, ainda, que foram aprovadas outras inúmeras leis específicas pela Câmara Municipal autorizando a abertura de créditos como por exemplo as Leis 746, 747, 758, 759, 768, etc.

A administração de um município, em virtude aos diversos conflitos existentes, requer, quase sempre, atuação imperativa do administrador público. Nesse sentido, as necessidades de investimento na educação, saúde e assistência social, não podem ficar sem amparo e investimento. A sociedade requer soluções e cobra por isso, e o não investimento nessas áreas acarreta prejuízos à população.

Salientando que embora possa ter ocorrido falhas formais no que diz respeito à execução orçamentária não houve nenhum prejuízo efetivo ou dano ao erário já que, repita-se, dentre outros argumentos, houve *superávit* orçamentário e financeiro.

Assim, requer seja o presente apontamento relevado assumindo a atual administração o compromisso de não medir esforços a fim de melhorar o planejamento e a execução orçamentária nos exercícios futuros.

ITEM B.1.10.2 SERVIDORES EM COMISSÃO

- A Lei Municipal exige para alguns cargos em comissão apenas ensino fundamental ou ensino médio.

- Verificamos que os ocupantes dos seguintes cargos não possuem ensino superior: Diretor de Saúde e Higiene; Diretor de Turismo, Esporte e Lazer, Diretor Administrativo, sendo que, destes, foi nomeada em 2021 a Diretora de Saúde e Higiene.

- As atribuições para os cargos estão disciplinadas por Decreto ao invés de Lei, em desacordo com o artigo 48, X, da Constituição Federal.

-Propomos que cópia deste apontamento seja encaminhada ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

Imprescindível esclarecer que o referido apontamento visa a garantir que os titulares desses postos tenham formação compatível com o grau de complexidade e responsabilidade de suas atribuições.

Objetivando tomar as devidas providências, o município elaborará Projeto de Lei relacionando os cargos existentes, bem como, para que não haja prejuízo aos serviços públicos prestados, seja estabelecido que os cargos em comissão, para novas e futuras nomeações, somente poderão ser ocupados por pessoas que tenham ensino superior completo.

Sendo assim, os atuais nomeados para ocuparem cargos em comissão deverão ter uma data limite para comprovar a

conclusão de curso superior e no caso de não apresentação do diploma, os servidores deverão ser exonerados.

Assim, após os levantamentos necessários, o município encaminhará à Câmara Municipal análise do Projeto de Lei, alterando a legislação vigente.

No entanto, imprescindível esclarecer, que diferentemente do referido apontamento, o cargo de Diretor Administrativo possui Ensino Superior, conforme diploma anexado à presente defesa do Curso Superior de Ciências Contábeis.

ITEM B.1.10.3 – PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS HABITUAIS A SERVIDORES E ACIMA DO LIMITE LEGAL.

- A Prefeitura Municipal manteve o pagamento de horas extras habituais a diversos servidores durante 2021, em alguns casos, em desacordo com o limite imposto pela Lei Municipal.

- Há funcionários que exercem atividades insalubres realizando horas extras sem autorização, em desacordo com o que preconiza o artigo 60 da CLT.

- O controle da jornada de trabalho dos servidores não é efetivo, tendo em vista que é realizado de forma manual em livro ponto.

Com relação as horas extras, o município buscou e busca incansavelmente meios de diminuir as horas extras. No entanto, conforme já mencionado, o quadro de funcionários é bastante restrito, e em muitos casos, tal procedimento acaba ocorrendo para que não haja a falta da prestação de serviços públicos.

O município busca a melhora com relação a este apontamento, tendo inclusive realizado nos anos anteriores, concurso público para regularizar o quadro de funcionários e consequentemente as horas extras pagas.

Ademais, os setores já foram orientados quanto ao procedimento de controle de horas extras, objetivando demonstrar total clareza e controle.

Assim, referidos apontamentos mais uma vez demonstram que não há má-fé ou dolo, bem como que o referido apontamento deve ser relevado.

ITEM B.1.10.4 – PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO DE TEMPO EXCLUSIVA COM PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS A MOTORISTAS.

- A Prefeitura Municipal de Pracinha por meio da lei nº 589, de 04 de novembro de 2014, criou a “gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva”, de 50% sobre o salário base, para motoristas e/ou motoristas de ambulância cujas atividades exigem a prestação de serviços além da jornada normal de trabalho.

- Entendemos que o pagamento de gratificação sem estar vinculada ao efetivo cumprimento de jornada extra de trabalho, já que a lei não exige a comprovação dos serviços extraordinários prestados e sua quantidade, fere os princípios da eficiência e da economicidade.

- Os motoristas beneficiados pela Lei Municipal nº 589/2014 também recebem horas extras de maneira

continuada, sendo que a finalidade da gratificação por dedicação de tempo exclusiva coincide com a finalidade das horas prestadas em serviço extraordinário.

- Propomos que cópia deste apontamento seja encaminhada ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

Tal assunto é extremamente complexo e demandará um estudo da presente Administração, bem como, novas medidas a serem adotadas, referentes inclusive, a jornada de trabalho adotada pelos motoristas.

Conforme mencionado, alguns motoristas recebem Gratificação de Dedicação de Tempo Exclusiva, sendo o entendimento do presente Tribunal de Contas, que se proceda à cessação dos pagamentos das horas extras aos motoristas beneficiários da Lei Municipal nº 589/2014.

Ocorre, que a Justiça Trabalhista possui outro entendimento, o qual gera um grande conflito na decisão a qual a Prefeitura deverá adotar.

Conforme sentenças de Primeira Instancia e posteriormente mantida em Segundo Grau, correspondente aos Processos nº 0010805-96.2019.5.15.0068 e 0010804-14.2019.5.15.0068, a Douta Juíza da Vara do Trabalho de Adamantina, possui entendimento contrário ao posicionamento do Tribunal de Contas, tendo inclusive julgado procedente pedido de horas extras nos casos em análise, onde os servidores, recebiam não só Horas Extras, como a referida Gratificação.

Assim, referido apontamento deve ser ponderado, com uma melhor análise.

Ademais, insta esclarecer que o município já encaminhou à Câmara Municipal de Pracinha, Projeto de Lei que previa a extinção da referida Gratificação, não tendo o referido projeto de lei sido aprovado pela Câmara Municipal (Projeto de Lei em anexo).

ITEM B.2 IEG-M – I-FISCAL – Índice C+

- Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

O município levou referidos apontamentos a conhecimento dos responsáveis pelo setor, os quais adotarão medidas para regularizar referidos apontamentos.

ITEM B.3.2 – OBRAS PARALISADAS

- Há duas obras de unidades de ensino parados no município.

- Foi realizada fiscalização ordenada na obra de Construção de Escola de Centro de Educação Infantil, na qual foram verificadas diversas irregularidades.

- Não verificamos qualquer menção sobre a possível continuidade da construção das escolas no relatório de atividades da Prefeitura.

A atual administração procedeu a abertura de procedimento administrativo, e acompanha os processos judiciais em andamento (Ação Civil Pública), objetivando retomar a referida obra.

O presente município solicitou junto ao Ministério da Educação pedido de repactuação do convênio, conforme Resolução nº

03, de 20 de abril de 2021. No entanto, em acompanhamento ao sistema "simec" – Solicitação de Nova Pactuação, referido pedido foi **indeferido**, com a fundamentação de que não existe recurso suficiente para Nova Pactuação.

Assim, diante do indeferimento do pedido de repactuação, o município buscou alternativas contábeis/financeiras próprias que possam ser destinados à referida obra, tendo inclusive previsto em dotação o correspondente a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) destinados à presente obra (saldo de dotação em anexo).

Ademais, fora elaborado Projeto para finalização da obra, tendo o Setor de Licitação iniciado os trabalhos para elaboração do processo licitatório.

ITEM B.3.3 – DESPESAS SEM A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

- A Prefeitura de Pracinha realizou aquisições de bens comuns e previsíveis por dispensa de licitação, cujos valores ultrapassaram o limite de dispensa previsto no artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Ressalte-se que referido apontamento deva ser relevado, já que o município no decorrer do ano, realizou procedimentos licitatórios correspondentes, tais como Pregões e Atas de Registro de Preços, objetivando abranger a maior parte das aquisições necessárias.

Assim, a título de exemplo, o município já abriu no presente ano o Pregão 07/2022 (aquisição de material de construção), Pregão 04/2022 (aquisição de medicamentos de A – Z).

Portanto, referido apontamentos tratam-se de exceções de aquisições realizadas de forma emergencial.

ITEM B.3.4 – DESPESAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – PLANO MUNICIPAL

- A Prefeitura Municipal de Pracinha contratou a empresa Ana Paula Savio Rived Garcia para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2021 a 2024.

- Não há qualquer menção sobre a participação da empresa na produção do Plano.

- O Plano Municipal de Assistência Social foi aprovada em 25 de junho de 2021, porém os orçamentos, a nota de empenho e a nota fiscal são de 05.07.2021.

- Propomos a restituição dos valores ao Erário (R\$ 5.000,00).

Referido valor já fora restituído aos cofres públicos (comprovante em anexo). Portanto, referido apontamento deve ser desconsiderado.

ITEM B.3.5 TESOURARIA/ ALMOXARIFADO/ BENS PATRIMONIAIS

- Irregularidades verificadas in loco na Tesouraria e Farmácia do município.

Referidos apontamentos já foram direcionados junto aos setores/secretarias correspondentes para análise e providências necessárias.

ITEM C.1.1 APLICAÇÃO NO FUNDEB

- A Conta corrente única e específica vinculada ao FUNDEB não é de titularidade do órgão responsável pela educação (Secretaria de Educação).

Referido apontamento já foi passado para o setor responsável para tomar as devidas providências com a alteração do titular da referida conta.

ITEM C.1.3 DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO

- O município descumpriu o piso nacional mínimo do magistério público da educação básica para o exercício até julho de 2021.

- A Creche Municipal "Mundo Encantado", única unidade do município, não possui sala de aleitamento materno, nem local para condicionamento de leite materno, nem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, nem condições de acessibilidade e nem pátio coberto.

- Fiscalização Ordenada realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Professora Terezinha Zanelli identificou as seguintes irregularidades: falta de identificação da unidade, inadequações nos banheiros, ausência de AVCB e computadores danificados ou não operacionais da escola.

Referidos apontamentos foram passados para o Setor responsável para que sejam tomadas as devidas providências.

Ademais, conforme esclarecido junto ao TC-010851.989.22-8, foi efetivada a correta identificação da unidade escolar destinada ao ensino infantil (prédio Alameda Osvaldo Cruz, 516). Quanto ao local destinado ao ensino fundamental o qual é compartilhado com o Estado (prédio da Rua Costa Aguiar), a municipalidade está aguardando o retorno da Secretaria Estadual para efetivar a identificação solicitada.

Ademais, com relação ao AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, referido documento já fora providenciado (segue anexo).

Por fim, esclarecemos que os computadores foram consertados e direcionados para o local devido na unidade escolar.

ITEM C.2. IEG-M – I-EDUC – índice C

- Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

A atual Administração encaminhará referidos apontamentos ao Setor responsável e cobrará melhorias e providências nos referidos quesitos.

ITEM D.2. IEG-M – I-SAÚDE – INDICE C+

- Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

A atual Administração encaminhará referidos apontamentos ao Setor responsável e cobrará melhorias e providências nos referidos quesitos.

ITEM E.1. IEG-M – I-AMB – índice C+

- Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

A atual Administração encaminhará referidos apontamentos ao Setor responsável e cobrará melhorias e providências nos referidos quesitos.

ITEM F.1 IEG-M – I – CIDADE – índice C

- Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

A atual Administração encaminhará referidos apontamentos ao Setor responsável e cobrará melhorias e providências nos referidos quesitos.

ITEM G.1.1 A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

- Fiscalização Ordenada sobre a transparência e ouvidorias que constatou irregularidades no setor.

Insta esclarecer que a Ouvidoria foi criada em Abril de 2021, através da Lei Municipal nº 754/2021, tendo sido nomeado funcionário para desenvolver a referida atividades no mês de Junho de 2021, através da Portaria 30/2021, de 11 de junho de 2021.

Assim, de extrema importância esclarecer que os relatórios condizentes ao referido período, foram devidamente elaborados, conforme Relatórios anexados à presente.

Por fim, com relação a elaboração da “Carta de Serviço ao Usuário” e a instituição do Conselho de Usuários, tais apontamentos estão sendo providenciados pelo setor responsável.

ITEM G.3. IEG – M – I – GOV TI – Índice C

- Vários apontamentos relativos ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, os quais requerem a atuação da Administração Municipal.

Conforme mencionado, o município não possui departamento de T.I (Tecnologia de Informação), no entanto, tomará as devidas providências para providenciar concurso público para o referido cargo e conseqüentemente regulariza os demais apontamentos da área.

ITEM H.1 PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAISES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

- O município poderá não atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

A presente Administração buscará incansavelmente atingir todas as metas atribuídas, tomando todas as medidas necessárias e cabíveis ao município.

ITEM H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

- Descumprimento de recomendações desta Corte de Contas.

Importante salientar que a Prefeitura de Pracinha não vem medindo esforços a fim de cumprir toda a legislação pertinente, bem como todas as instruções e recomendações desse respeitado órgão de fiscalização, **destacando o fato de que 2021 ainda foi um ano atípico em decorrência das consequências da pandemia**, o que causou dificuldades no cumprimento integral de todas as recomendações desse respeitado órgão de fiscalização, não obstante, todos os esforços estão sendo empregados a fim de que tudo possa ser realizado em conformidade com a legislação vigente e orientações/recomendações desse Egrégio Tribunal de Contas, razão pela qual requer seja relevado o presente apontamento.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Excelência, diante de todo exposto, encerramos as alegações que se seguiram, acerca dos itens destacados pela digna Auditoria da presente Corte de Contas, ratificando tudo que foi consignado inicialmente e ressaltando que as observações lançadas e as falhas relatadas, não foram de nossa intenção, desprovidas de dolo, má-fé ou vontade consciente de se desrespeitar a lei.

Sempre procuramos ao máximo, dentro das possibilidades que se apresentam, das dificuldades e carência de recursos humanos e financeiros, atender às disposições legais e inerentes, bem como ao estrito cumprimento das recomendações emanadas deste Egrégio Tribunal de Contas.

Entendemos e acreditamos que as ressalvas consignadas no Relatório elaborado pelos órgãos fiscalizadores desse Egrégio Tribunal, não têm o condão de macular a legalidade e regularidade das contas submetidas a julgamento, mostrando-se inócua decretação de Parecer contrário, pelos motivos e fundamentos largamente expostos nas presentes alegações defensórias.

DO PEDIDO FINAL

Elaboradas as justificativas julgadas necessárias, diante das presentes laudas, aguardamos sejam integralmente acolhidas às alegações e razões de defesa produzidas, para ao final, essa Corte, usando do mais alto espírito de bom senso e justiça que lhe é peculiar, emita **PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO** das Contas apresentadas pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA, relativas ao Exercício de 2021**, sem maiores ressalvas e/ou recomendações, como medida da correta e regular aplicação da mais lidima **JUSTIÇA**.

Protesta-se provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em nosso ordenamento jurídico, especialmente pela documental, e das demais que fizerem necessárias e imprescindíveis ao bom andamento do presente processo.

Termos em que, desde já nos colocamos à disposição desse emérito Conselheiro Relator, bem como desse Egrégio

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JULIANA KENEL AMADIO SILVA BRESSAN. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-YVG4-GX3N-6JSL-4NZ3

arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-YVG4-GX3N-6JSL-4NZ3

cesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-YVG4-GX3N-6JSL-4NZ3